

O IDOSO DE TEFÉ ANTE OS DIFERENTES CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA: QUE CAMINHOS SEGUIR?**THE ELDERLY IN TEFÉ AND THE DIFFERENT CONTEXTS OF VIOLENCE: WHICH PATHS TO FOLLOW?**

Betânia de Assis Reis Matta

Bacharel em Serviço Social, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em criança e adolescente em situação de risco social (UNIFRA/RS). Especialista em Gestão Pública, pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Mestranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH/UEA). E-mail: betaniamatta@hotmail.com.

Patrícia Torme de Oliveira

Licenciada Plena em Educação Física, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUC-RS. Mestra em Ciências Humanas, pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH/UEA). E-mail: patriciacancio@hotmail.com.

RESUMO

A violência contra o idoso é uma realidade presente no meio familiar, privado, público e social. Isso exige que os gestores públicos criem políticas públicas eficazes que visem proteger a população idosa do País. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é discutir o papel do Estado na formulação de políticas públicas para o enfrentamento da violência sofrida por idosos, a fim de gerar reflexão sobre a temática. Trata-se de pesquisa bibliográfica realizada em artigos e livros, associada à pesquisa de campo, com abordagem qualiquantitativa, realizada nos órgãos públicos do Município de Tefé (AM): Delegacia de Polícia de Atenção ao Idoso, Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro Municipal de Convivência da Família. A conclusão aponta que as políticas públicas de enfrentamento à violência contra idosos devem se pautar em três níveis de prevenção: primário, no sentido de prevenir a ocorrência de violência; secundário, baseado em ações com as famílias, detectando a presença de fatores de risco para os idosos; e, por fim, o terciário, com políticas que visam reduzir as consequências dos episódios de violência.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Violência. Idoso. Tefé (AM).

ABSTRACT

Violence against the elderly is a reality present in the family, private, public and social environment. This requiring public managers to create effective public policies that aim to protect the country's elderly population. In this sense, the objective of this article is to discuss the role of the State in the formulation of public policies to face the violence suffered by the elderly, in order to generate a reflection on this theme. This research is bibliographic research carried out in articles and books, associated with field research in a quantitative and qualitative approach, carried out with public agencies in the Municipality of Tefé (AM): Police Station Specialized in Elderly Care, Municipal Assistance Secretariat Social and the Municipal Council for the Elderly. The conclusion points out that public policies to combat violence against the elderly must be based on three levels of prevention: primary, in the sense of preventing violence from happening; secondary, based on actions with families, detecting the presence of risk factors for the elderly, and, finally, the tertiary level, with policies that aim to reduce the consequences caused by episodes of violence.

KEYWORDS: Public Policies. Violence. Elderly. Tefé (AM).

I. INTRODUÇÃO

Não se pode negar o fato de que a população idosa, com 60 anos ou mais, vem aumentando gradativamente em nível mundial, o que, no Brasil, não é diferente. O cenário brasileiro aponta relevante crescimento da população idosa, tanto em números proporcionais como absolutos. De acordo com as projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população idosa no Brasil, em 2018, correspondia a 13,5% de toda a população brasileira. Em dez anos, estima-se que chegará a 17,4% do total de habitantes. Para 2042, a projeção da população idosa é ainda maior, chegando a 24,5%, ou seja, teremos uma população de 57 milhões de idosos (MELLIS, 2018).

À medida que as projeções estatísticas apontam para o crescimento da população idosa no Brasil, observamos que o fenômeno da violência contra os idosos também cresce, ou melhor, aparece. Durante muitos anos, a violência contra eles era quase que exclusivamente restrita ao ambiente familiar, portanto, de caráter privado, o que dificultava qualquer intervenção por parte do Estado. Com isso, destacamos a reflexão da elaboração do Manual de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa:

O abuso contra a pessoa idosa é um problema que remonta a tempos passados e sempre esteve presente em todos os tipos de

sociedade. E é uma ilusão pensar que as sociedades de qualquer tempo tratavam bem essa população, pois a história não mostra isso na maioria dos casos. Preconceito e discriminação são as formas mais antigas, comuns e frequentes de violência contra os velhos/as (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2014, p. 5).

O processo de envelhecimento da população fez com que a sociedade despertasse para as questões referentes à violência contra a pessoa idosa, oportunizando e potencializando espaços permanentes de debates, colocando em evidência as diversas faces da violência. Cumpre-nos ressaltar que a violência contra o idoso não é um fenômeno da atualidade contemporânea. Trata-se de um problema de raízes culturais e histórica (BEAUVOIR, 2018).

É sabido que a temática sobre violência é ampla e complexa, e não envolve apenas assuntos relacionados à saúde e à segurança públicas. Seu contexto é marcado por aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, emocionais, classe, gênero etc. que não podem ser ignorados ou negligenciados. Pontuamos, ainda, que a violência contra os idosos foi uma das últimas a serem contempladas pela agenda pública (NERI, 2011). Todavia, o aumento do contingente de idosos no mundo proporcionou a essa parcela da população mais visibilidade no que tange à necessidade de se formularem políticas públicas específicas que visem à sua proteção e segurança.

Com base no exposto, é imprescindível a efetiva garantia de leis que proporcionem, de forma ampla, a proteção desse segmento da população que corresponde atualmente a 30 milhões da população nacional (IBGE, 2017). É preciso frisar a dificuldade de se aferir em números a violência sofrida pelos idosos, pois, em grande parte, essa violência transcorre no ambiente familiar, sendo ocultado pela família. Outro fator que corrobora com essa realidade é o de que os profissionais da saúde, segurança pública, cuidadores, juizes, advogados, dentre outros, ainda não possuem um olhar treinado para detectarem essas situações, o que pode gerar registros imprecisos acerca da fonte dos dados.

É importante lembrar que a violência é um fenômeno complexo, pois envolve diferentes aspectos e se manifesta de formas distintas, sendo necessário estudá-lo sob uma ótica plural e interdisciplinar. Nesse tipo de violência, a identificação e o encaminhamento correto configuram-se como pontos vitais para que a pessoa idosa vitimada tenha seus direitos fundamentais garantidos e sua integridade física e emocional preservada.

A escolha do tema parte da necessidade de despertar no leitor um olhar mais profundo e crítico acerca da importância de políticas públicas destinadas aos idosos, bem como analisar sua eficácia no enfrentamento à violência. “Como questão pública, o fenômeno do envelhecimento deve ser focalizado positivamente para o desenvolvimento humano. Portanto, pensar a velhice como questão pública é

bem diferente de tratá-la como problema social” (MINAYO, COIMBRA JR., 2002, p. 24).

Dessa forma, é necessário e urgente propor debates francos que estimulem a mobilização da sociedade, como um todo, nas questões voltadas para a proteção e amparo aos idosos, destacando a necessidade de compreender os aspectos inerentes ao processo de envelhecimento, a fim de propor um envelhecimento saudável e com qualidade de vida como preconizado pela OMS¹.

Tendo como prerrogativa o capítulo II do art. 10º do Estatuto do Idoso, que estabelece como obrigação do Estado e da sociedade civil garantir a liberdade, o respeito e a dignidade à pessoa idosa, consideramos um ato de violência a violação dos direitos humanos fundamentais dessa grande parcela da população do nosso País.

O conceito de violência, devido aos seus vários tipos de expressões e manifestações, ainda não encontrou consenso na literatura especializada, em parte por se tratar de um fenômeno complexo. Assim, trabalharemos como definição de violência o conceito desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e adotado pelo Estatuto do Idoso (2003), que define a violência como

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultarem lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (Organização Mundial de Saúde, 2005, p. 15)

A violência contra a pessoa idosa pode ser concebida de duas maneiras: invisível ou visível. A invisível é a que não deixa marcas pelo corpo, mas produz dor e sofrimento. Já a visível são as violências físicas que provocam lesões e até morte. “A natureza da violência contra a pessoa idosa pode se manifestar de várias formas, aqui resumidas: abuso físico, psicológico, sexual, abandono, negligência, abusos financeiros e autonegligência” (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014, p. 39).

Portanto, começamos a discussão com algumas definições que poderão nos ajudar na compreensão desse fenômeno social que é a violência contra a pessoa idosa. O que também nos auxiliará na análise crítica sobre as políticas públicas de-

¹ De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o envelhecimento saudável consiste no reconhecimento dos direitos humanos das pessoas mais velhas e na valorização dos princípios referentes à: independência, participação, dignidade, assistência e autorrealização.

envolvidas no município de Tefé² (AM) no que concerne à prevenção e ao combate à violência contra esse grupo, aspirando que as ações públicas, já previstas na legislação nacional, sejam de fato colocadas em prática.

2. O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA: UMA NOVA REALIDADE DO SÉCULO XXI

Na antropologia, a velhice é concebida como parte do ciclo da vida, uma das fases por que passamos: infância, adolescência, juventude, adulta e velhice. Esse entendimento da vida como um ciclo vai além de uma concepção biológica. Ele representa também um aspecto cultural, pelo qual se organizam o papel e o lugar de cada um no contexto social, político e econômico numa sociedade específica, determinando, assim, quais as obrigações, os direitos e os deveres de cada sujeito mediante sua idade cronológica.

Nessa lógica, o velho é concebido como “o sábio aureolado de cabelos brancos, rico de experiência e venerável [...]; se dele se afastam, caem em outro extremo: a imagem que se opõe à primeira é a do velho louco que caduca e delira e de quem as crianças zombam” (BEAUVOIR, 2018, p. 9).

Segundo Minayo e Coimbra Jr. (2002), a sociedade é marcada por comportamentos e atitudes que denotam o preconceito para com a população idosa, ou seja, com aqueles que possuem 60 anos ou mais. A autora aponta para a necessidade de se romper com os estereótipos da velhice, “retirando de suas testas a tarja repressora, na qual está escrito que ser velho é colocar o pijama de avô ou o chinelinho de avó, contar histórias do passado, parar de ousar e preparar-se para a morte” (MINAYO; COIMBRA JR., 2002, p. 23).

Sob essa ótica, a perspectiva de um envelhecimento digno e respeitoso ainda esbarra em concepções preconceituosas e estereotipadas, que associam velhice à fraqueza, à perda de autonomia, à decrepitude. De modo geral, nas sociedades industrializadas, o Estado protege o velho de ações em que a violência física é óbvia, porém é omissa ao não reconhecer que o envelhecimento não é igual para todos. Entendemos que envelhecer com qualidade de vida, mesmo que num cenário de preconceitos, consiste em garantir aos idosos o acesso a bens e serviços, por meio de políticas públicas que traduzam ganhos reais no cotidiano.

2 A cidade fica às margens do lago Tefé, formado pelo alargamento do rio que possui o mesmo nome da cidade, tendo como um dos seus afluentes o Rio Solimões situado a sua margem direita. A extensão territorial do município corresponde a 23.704,475km² com uma densidade demográfica de 2,59hab/km². Os municípios fronteiriços com Tefé são Coari, Tapauá, Carauari, Alvarães e Maraã. O acesso à cidade se faz exclusivamente por via fluvial ou aérea. (IBGE, 2010)

Nesse contexto, percebemos que a sociedade tende a colocar o idoso no ostracismo, porém esquece que nada é mais certo que o caminho dos indivíduos rumo ao envelhecimento. Não podemos ignorar que, no ciclo da vida, o envelhecimento é um processo natural, que envolve nascer, crescer, envelhecer e morrer, inerente a todos os seres vivos. Dessa forma, o envelhecimento é um caminho certo, e o crescimento da população idosa tem acarretado o aumento significativo de caminhantes grisalhos nessa senda.

Ao analisarmos as ações da sociedade direcionadas aos idosos, observamos um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que se buscam soluções do ponto de vista teórico e clínico para lhes proporcionar uma maior expectativa de vida, em outros momentos a velhice inspira certa repugnância. Tal repugnância se manifesta como autodefesa às limitações funcionais, ao desgaste do corpo, aos vincos nas faces, à voz cadenciada, ao andar mais vagaroso e à fragilidade dos movimentos. “É o veredicto que assinala a velhice como problema e como doença” (MINAYO; COIMBRA JR., 2002, p. 12).

O preconceito contra a velhice associado à negação do envelhecimento da população tem se configurado como entrave à formulação de políticas públicas específicas para os idosos. Ainda é comum nos depararmos com pensamentos que associam a infância com investimento, e a velhice com gastos. Tal fato tem como consequência um processo de marginalização da população idosa pela propagação de estereótipos relativos à idade.

Assim, a visão depreciativa sobre a velhice afeta as políticas públicas ao relacioná-la com o custo social. O idoso passa a ser percebido como um sujeito que onera as contas públicas, em especial o sistema de saúde.

O discurso sobre o peso social que hoje aos velhos constituem, tem nesta instância pública um lugar entronizado. [...] Portanto, o aparato do Estado tende a ver de forma catastrófica as próprias instituições político-sociais que criou para atender os idosos (MINAYO; COIMBRA JR., 2002, p. 18).

O Estado brasileiro tem o papel, não único, mas fundamental, na proteção e atendimento aos idosos. Entretanto, o que percebemos atualmente é que as políticas públicas voltadas para o idoso ainda estão longe de proporcionar um envelhecimento saudável. O que constatamos na prática é a ausência ou insuficiência de políticas específicas direcionadas a esse grupo. Apesar dos avanços da legislação brasileira na garantia dos direitos fundamentais dos idosos, o Estado ainda é ineficaz no exercício de suas funções de resolutividade e integridade. Tal fato configura-se uma violência contra o idoso, visto que as leis existem, mas falta interesse e disposição para cumpri-las.

De acordo com o artigo 3º do Estatuto do Idoso, é de responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público compartilhar responsa-

bilidades que viabilizem políticas públicas mais adequadas às necessidades dessa parcela significativa da população. Contudo, o Estado brasileiro ainda é deficitário ao promover uma assistência pública qualificada e competente.

O relatório do Fundo de População das Nações Unidas³, apesar de reconhecer que nos últimos anos ocorreram avanços significativos na adoção de políticas públicas e leis de garantia de direitos sociais aos idosos, alerta que o grande desafio do século XXI consiste em assegurar um envelhecimento saudável. Assim, aponta para a necessidade de direcionar mais esforços para assegurar que pessoas mais velhas possam alcançar seu potencial.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) indica, ainda, que o envelhecimento da população é um dos maiores triunfos da humanidade, mas representa um dos grandes desafios a serem enfrentados pela sociedade. Estudos demonstram que a proporção de pessoas com 60 anos ou mais está crescendo mais rapidamente que a de qualquer outra faixa etária, o que aumentará as demandas políticas, sociais e econômicas em todo o mundo.

No Brasil, o envelhecimento da população é um fenômeno que se dá a passos largos. O impacto dessa nova organização demográfica é imenso, sobretudo nas demandas dessa parte da população por políticas públicas. Com isso, os problemas consequentes do envelhecimento populacional devem ser considerados como prioritários para os formuladores dessas políticas. Em outras palavras, as políticas públicas devem ser pensadas de modo que possam contribuir para um processo de envelhecimento saudável, embasado por ações humanísticas e, ao mesmo tempo, compatíveis com a realidade socioeconômica do País.

3. OS DESAFIOS DA REDE DE PROTEÇÃO DO ENFRENTAMENTO À VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

No Brasil, as primeiras iniciativas de políticas públicas voltadas à pessoa idosa se deram pelas lutas sociais de segmentos de organizações não governamentais, nacionais e internacionais. No cenário internacional, o destaque foi a realização da I Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, realizada em Viena, em 1982, que levantou a bandeira do envelhecimento saudável.

A incorporação desse conceito pela Constituição Brasileira, em 1988, significou o reconhecimento dos direitos da pessoa idosa, resultado de massivas reivindicações de variados segmentos da sociedade civil. Assim, o artigo 230 da Consti-

3 UNITED NATIONS POPULATION FOUND (BRASIL). Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafio. Madrid: UNFPA, 2012. O relatório Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafio foram aprovados pela II Assembleia Mundial do Envelhecimento, realizada em Madri, em 2002. Seu objetivo consistiu em tratar os desafios trazidos pelo rápido envelhecimento da população.

tuição Federal representou um marco ao ressaltar que “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988).

A Política Nacional do Idoso, promulgada em 1994 e regulamentada em 1996, assegurou os direitos fundamentais à pessoa idosa, representando um avanço importante na defesa dos direitos fundamentais da pessoa idosa.

A Política Nacional do Idoso; Lei 8842/94 determina em dois artigos um reforço a Constituição de 1988: Art. 1º A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Art. 2º Considera-se idoso, para os efeitos desta lei, a pessoa maior de sessenta anos de idade (Política Nacional do Idoso, 1994).

Nesse sentido, a Política Nacional do Idoso representou um avanço ao garantir a autonomia, a integração e a participação efetiva do idoso na sociedade, reafirmando seus direitos constitucionais e propiciando condições favoráveis para alcançar longevidade com qualidade de vida.

Por sua vez, a aprovação do Estatuto do Idoso, em 2003, garantiu novos dispositivos destinados a regulamentar os direitos dos idosos, incorporando, num único dispositivo, leis e políticas postuladas para a população idosa no país. Desse modo, o Estatuto redirecionou as prioridades das ações políticas públicas, consolidando os direitos já celebrados na Constituição Federal, de 1988, sobretudo na proteção à pessoa idosa em situação de risco social.

A Lei Orgânica de Assistência Social⁴ (Lei nº 8.742, de 1993) ratificou e regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, de 1988, garantindo ao idoso o acesso às políticas sociais, atribuindo ao profissional do serviço social o papel de intervir nos serviços assistenciais, visando apoiar a população cujos direitos tenham sido violados.

Em 2011, a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011⁵ (Lei do SUAS) assegurou definitivamente, no País, a institucionalidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que permitiu a criação do Centro de Referência Especializado de Assistên-

4 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Conselho Nacional de Assistência Social. *Lei nº 8.742/93, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social*. Brasília, DF: CNAE 1998. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/leis/arquivos/lei-08-742-07-12-1993-loas-consolidada-lei-12-470_2011.pdf/download

5 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Conselho Nacional de Assistência Social. *Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011*. Brasília, DF: MDS, 2011. Lei que altera a Lei nº 8.742/93, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm. Acesso em: 20 de fev. 2020.

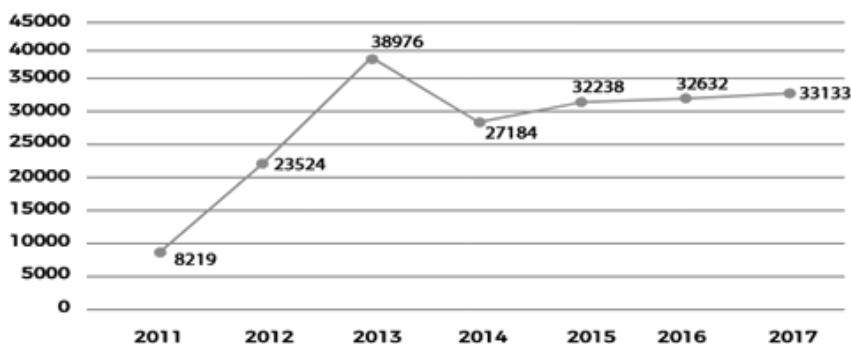
cia Social (CREAS). Este Centro tem por finalidade oferecer serviços, programas e projetos, como o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), destinados à pessoa idosa em situação de abandono, violência física ou psicológica, abuso sexual ou negligência, para apoiar a população com direitos violados. Enquanto que o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) tem suas atividades voltadas a ações de prevenção a situações de risco social. Os Centros de Convivências são espaços onde são potencializadas ações referentes ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Para tanto, é necessário que os vínculos familiares ainda não tenham sido completamente rompidos.

Além dos órgãos ligados às Políticas Públicas, a Polícia Civil também desempenha um papel importante. É de sua responsabilidade o registro de ocorrências presenciais, por meio do Boletim de Ocorrência (BO), assim como a verificação da veracidade das informações coletadas nas denúncias realizadas pelo Disque 100/180.

Cumpre-nos ressaltarmos que o Disque 100 foi criado inicialmente para denunciar abusos contra crianças e adolescentes. Porém, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), em 2003, ampliou os serviços, passando a acolher também denúncias que envolvam violações de direitos de grupos sociais vulneráveis como idosos, mulheres, deficientes, gays e lésbicas.

Trata-se de um importante canal de comunicação da sociedade civil com o poder público, que possibilita conhecer e avaliar a dimensão da violência contra os direitos humanos e o sistema de proteção, orientando, assim, na formulação de Políticas Públicas. Em outras palavras, as atribuições que o Disque 100 desempenha vão muito além de um canal de denúncia, pois orienta na identificação das vulnerabilidades, auxiliando a elaboração e a implantação de políticas adequadas.

Para demonstrar a relevância de se considerarem os dados fornecidos pelo Disque 100, ilustramos o quantitativo de denúncias de violência contra pessoas idosas, ou seja, 33.133 ocorrências na primeira do funcionamento.

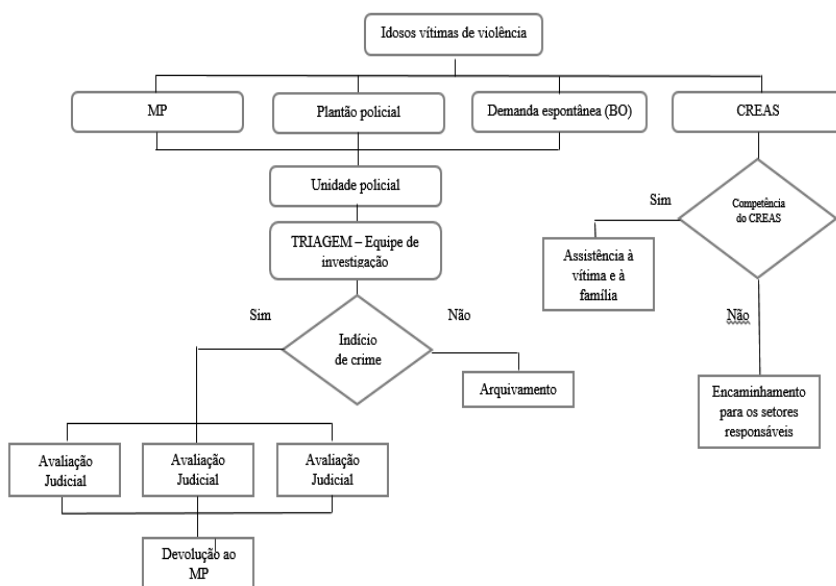


Fonte: Ministério de Estado dos Direitos Humanos (2018)

Figura 1 – Denúncias referentes a Pessoas Idosas

Mediante os dados supracitados, observamos que o Estado brasileiro, ao longo das últimas décadas, apresentou um grande avanço na promoção dos Direitos dos Idosos garantidos pela Carta Magna, os quais serviram de base para as diretrizes da Política Nacional, além do Estatuto do Idoso. Entretanto, os números demonstram que esses dispositivos legais não têm sido eficientes no combate à violência contra a pessoa idosa. Tal fato pode estar associado a questões que vão desde as contradições dos próprios textos legais, até o desconhecimento de seu conteúdo por grande parte da população.

Para ilustrar os caminhos percorridos pela pessoa idosa, vítima de violência, foi construído um fluxograma a partir das observações realizadas nas visitas à Delegacia de Atendimento Especializado e ao Centro de Referência Especializado de Assistência (CREAS).



Fonte: Fluxograma construído a partir das informações coletadas nas entrevistas

Figura 2 – Fluxograma da rede de proteção pessoa idosa vítima de violência

Ressaltamos que existem outros caminhos para que a pessoa idosa a qual teve seus direitos violados solicite a intervenção do Poder Público. Estes, por meio de medidas protetivas, que podem ser consolidadas pelo Conselho do Idoso, Defensoria Pública, Ministério Público e Sistema Único de Saúde (SUS). Todavia, nosso estudo priorizou os caminhos percorridos pelos idosos via Delegacia de Polícia, CREAS e CRAS. Esse último, tendo como referência o Centro Municipal de Convivência da Família (CMCF).

Em suma, podemos afirmar que as medidas protetivas foram pensadas a fim de permitir mais agilidade na identificação e intervenção nas situações que envolvem a violação dos direitos da pessoa idosa. Nos casos de violência e/ou negligência com o idoso, o tempo é um elemento fundamental em virtude da gravidade de algumas situações, que podem resultar em desfechos fatais. Porém, alguns entraves como a burocracia, a falta de infraestrutura e de recursos humanos dos órgãos públicos, além do excesso de demanda, podem comprometer a resolução dos processos, o que o torna demorado e ineficiente, dando à vítima a sensação de impunidade.

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS

O caminho metodológico adotado se pautou em três desdobramentos, que se articularam entre si: bibliográfico, documental e pesquisa de campo. Ao realizarmos o levantamento da bibliografia, consultamos os catálogos das bibliotecas visitadas, anais de congressos e artigos de revistas especializadas no tema abordado. O presente estudo também se baseou em pesquisas eletrônicas, compreendidas como um importante campo de conhecimento que nos permitiu o acesso a um extenso banco de dados como: SciELO, Google Acadêmico, Electronic Library Online e Portal da Capes. Após análise dessas informações, destacamos os pontos que nos orientaram nas reflexões, bem como na construção dos eixos temáticos da pesquisa.

Foi utilizada a pesquisa exploratória de abordagem quali-quantitativa, a fim de buscar regularidades, padrões, relações que permitissem uma visão holística da realidade estudada. Nesse contexto, recorreremos à análise de cunho estatístico para interpretação da coleta de dados, tendo como fonte primária registros de ocorrências, identificação de agressores, questões de gênero e o tipo de violência acometido.

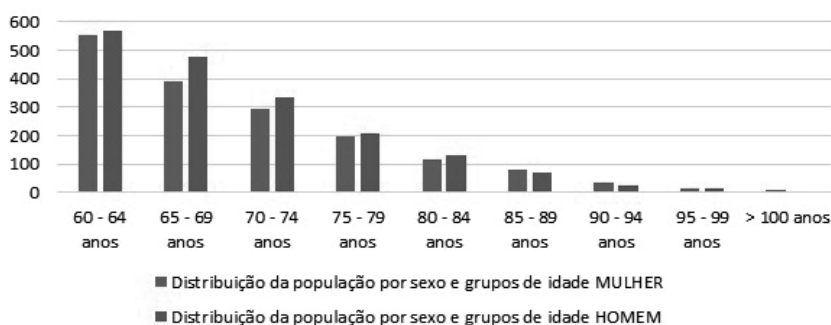
O estudo se deu a partir de três instituições que atuam na proteção dos direitos da pessoa idosa na cidade de Tefé: Delegacia, vinculada à Secretaria de Segurança Pública, Centro de Referência Especializado na Assistência Social (CREAS) e Centro Municipal de Convivência da Família (CMCF), vinculado ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Há de se destacar que tanto o CREAS quanto o CRAS são órgãos ligados à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

A população estudada consistiu em pessoas com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, sem distinção de classe social, que ingressaram na rede de proteção pela violação de seus direitos, no período de janeiro a julho de 2019. O grupo participante no CMCF totalizou 12 idosos, sendo 6 mulheres e 6 homens, com faixa etária entre 60 e 89 anos. O instrumento para a coleta dos dados foi o roteiro de entrevista estruturado com perguntas abertas, cujo enfoque se pautou nas diferentes faces (DÚVIDA SE NÃO SERIA “FASES”) e nos contextos de violência à pessoa idosa.

Ao término da coleta de dados, deu-se início ao processo de análise, classificação e interpretação das informações coletadas. Essa etapa exigiu um grande esforço para que não se tornasse uma simples compilação de dados ou opiniões sobre o tema. Dessa forma, buscamos organizar e classificar nossas análises a partir de três categorias: políticas públicas, tipos de violência, agressores. Nesse sentido, considerando os pontos de divergência e convergência, tendências, regularidades.

5. RESULTADO E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada no município de Tefé (AM), que possui uma população idosa estimada em 3.511⁶, sendo 1.826 homens e 1.685 mulheres. O material selecionado para a coleta de dados restringiu-se ao período do primeiro semestre de 2019, e o recorte foi a Delegacia Especializada, o CREAS e o Centro de Convivência ligado ao CRAS.

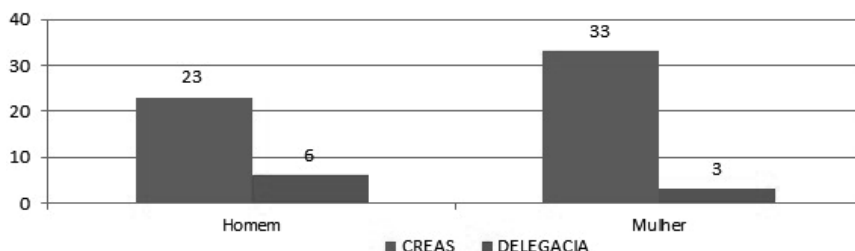


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Figura 3 – População Idosa de Tefé, 2010

Pôde-se verificar durante a coleta dos dados que o caminho percorrido por idosos(as), ao terem seus direitos violados, foi diferenciado. Os homens tiveram uma presença mais efetiva na Delegacia, enquanto as mulheres optaram por realizar as denúncias no CREAS. Talvez isso se deva ao fato de que as denúncias na Delegacia se relacionam a ameaças físicas e lesões corporais. Já no CREAS, as questões estão atreladas a conflitos intrafamiliares, nos quais as mulheres continuam sendo as principais vítimas de violência doméstica, como demonstrado abaixo.

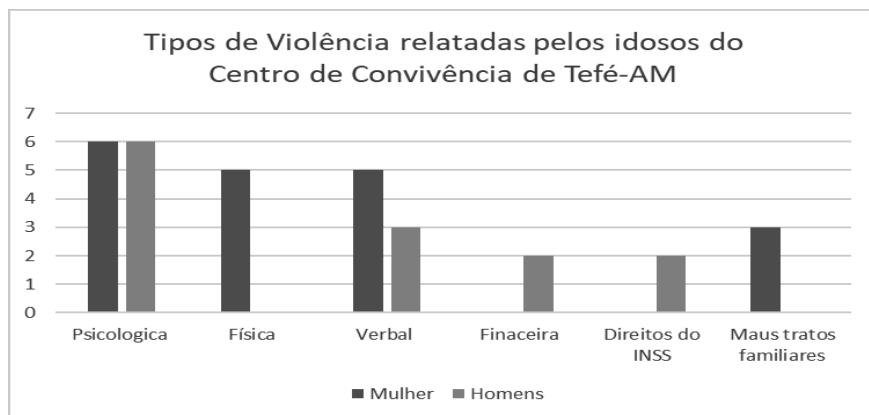
6 Números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2010.



Fonte: Dados obtidos na Delegacia e no CREAS

Figura 4 – Relação de Gênero

Com base nos dados obtidos no Centro de Convivência, observamos que a questão de gênero é uma dimensão que não deve ser ignorada no contexto de violência à pessoa idosa. Há de se considerar a necessidade de uma análise mais profunda a respeito dos atravessamentos presentes na vida das mulheres idosas em situação de violência, sobretudo doméstica. À guisa de exemplo, pôde-se observar que os homens estão mais propensos à violência de exploração financeira decorrente de envolvimento amoroso com mulheres mais novas. Em contrapartida, as mulheres são mais vulneráveis às agressões físicas e verbais no âmbito doméstico e familiar. Muitas vezes, subentendido como maus-tratos. Já com relação à violência psicológica, ambos os sexos demonstraram queixas semelhantes. Tal como evidenciado abaixo.

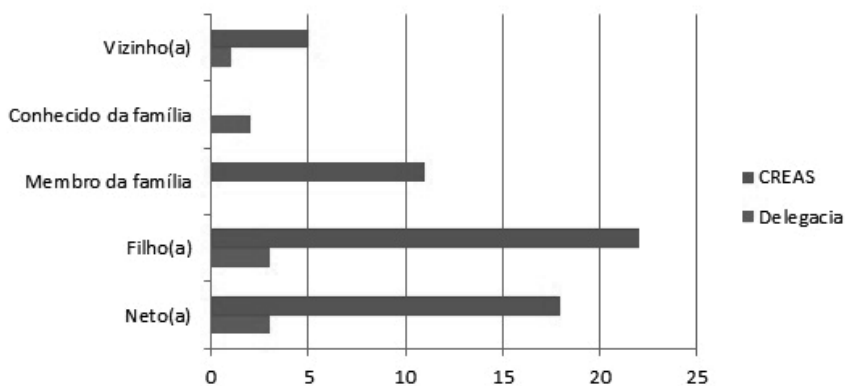


Fonte: CMCF

Figura 5 – Tipos de violência relatados pelos idosos do CMCF em Tefé, 2020

Quanto ao perfil do agressor, observou-se que muitos idosos são vítimas dos próprios membros da família, justamente os que deveriam resguardá-los e protegê-los. O que aponta para a complexidade do problema, uma situação que desafia os órgãos públicos no combate aos agressores. Outro fator relevante é o de que o fenômeno do envelhecimento é um processo relativamente novo para a sociedade, ao Estado e às famílias; com isso, ainda não se definiram papéis e estratégias eficazes que respondam, de forma satisfatória, às demandas da pessoa idosa. Nesse sentido, é de grande relevância a realização de campanhas publicitárias que abordem a temática, até mesmo orientando os idosos acerca de seus direitos. Nesse sentido, dando mais visibilidade ao processo de envelhecimento, possibilitando que seja mais bem compreendido, tendo em vista o crescente contingente de pessoas idosas no nosso País.

Aprofundando ainda mais a análise dos dados, observa-se que os órgãos de proteção social – CREAS –, são mais procurados que os órgãos de Segurança Pública – Delegacia, o que pode ser justificado pelo fato de que os agressores são membros da família, ou pessoas muito próximas aos idosos, como apresentado a seguir.



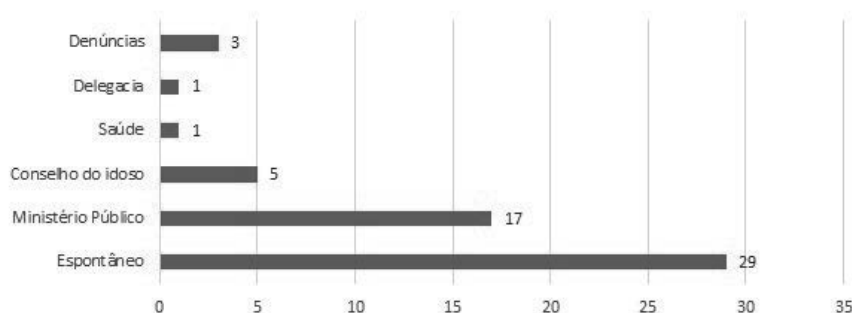
Fonte: Dados obtidos na Delegacia e no CREAS

Figura 6 – Identificação dos Agressores

Por fim, os dados apontam que muitos idosos deixam de denunciar seus agressores por serem membros de sua família e, assim, temerem por sofrer represálias que dificultariam ainda mais o convívio familiar. Nesse sentido, constatou-se que os algozes dos idosos mantêm as seguintes características: (I) laços de sangue com o idoso: vivem na mesma casa que a vítima e dependem do idoso ou o idoso depende deles; (II) abusam de álcool e de drogas.

Constatamos que não existe no município de Tefé políticas públicas para acolher esses agressores, buscando oportunizar ou mesmo reavaliar sua conduta diante do idoso, de forma a ressignificar seu ato de violência. Tal medida poderia auxiliar no fortalecimento dos vínculos afetivos, além de contribuir para melhorar os índices de violência contra a pessoa idosa no município. Nesse cenário, observamos que o que ocasiona, em geral, a prática da violência contra o idoso se deve ao uso abusivo de álcool, referido por quatro entre os dozes idosos entrevistados.

Percebeu-se, também, que os idosos que procuram as medidas protetivas não desejam a punição de seus agressores, que na grande maioria são familiares, mas somente a resolução negociada dos conflitos que geram os atos de violência. Isso ficou evidente ao detectarmos que no CREAS foram atendidos 56 casos de violação de direitos no primeiro semestre de 2019, enquanto que, na Delegacia, foram registrados apenas 19 atendimentos, como evidenciado pelos dados a seguir.



Fonte: CREAS de Tefé (AM)

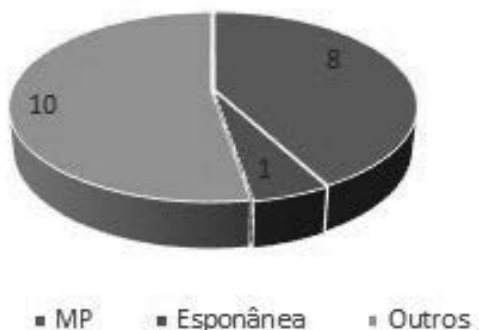
Figura 7 – Ingresso na Rede de Proteção via CREAS

Por tudo isso, concluímos que os idosos que ingressam na rede de proteção, via Delegacia e/ou CREAS, possuem interesses distintos em relação aos seus casos. Os casos de violação dos direitos da pessoa idosa que chegam à Delegacia são, em grande parte, encaminhados para o Ministério Público. Isso nos permitiu identificar a existência de um fluxo de atendimento entre as instituições no que tange às denúncias de violação dos direitos dos idosos, mesmo que formalmente exerçam funções separadas.

Esses dados foram ratificados pelo testemunho dos idosos do CMCf, os quais evidenciaram que os agressores, em sua grande maioria, são familiares próximos, como maridos, esposas, companheiros(as), filhos(as), netos(as), sobrinhos(as) e primos(as). O que reforça nossa tese de que é no âmbito familiar que os idosos estão mais vulneráveis a contextos de violência. Há de se destacar que os vínculos afetivos e consanguíneos, por vezes, impedem-nos de denunciar seus agressores.

Regra geral, os casos de violação aos direitos dos idosos que chegam ao Ministério Público são frutos de denúncias oriundas do Disque 100. Estas são repassadas, posteriormente, para a Delegacia de Tefé, a qual fará as notificações e tomará os depoimentos das partes envolvidas na denúncia. Contudo, os dados não demonstraram confiabilidade, a ponto de fornecer com exatidão o número de denúncias efetivadas por meio desse canal pelos munícipes. Os registros não seguem um padrão específico de preenchimento e, em alguns casos, nem chegam a fazer parte da estatística.

Em Tefé, a instituição mais procurada para denúncia da violação dos direitos à pessoa idosa é o Ministério Público. Haja vista que muitos idosos acreditam que, ao se dirigirem diretamente ao Ministério Público, suas denúncias serão solucionadas com mais agilidade e menos burocracia. Fato que não corresponde à realidade, pois as denúncias são reencaminhadas obrigatoriamente à Delegacia para abertura do inquérito policial, retornando, posteriormente, ao Ministério Público.



Fonte: Delegacia Especializada de Tefé (AM)

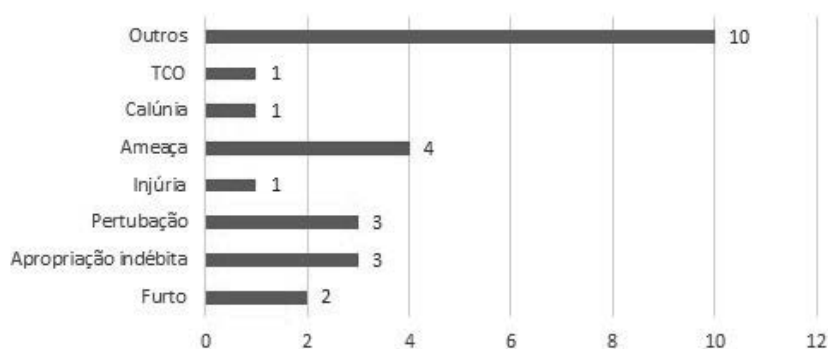
Figura 8 – Ingresso na Rede de Proteção, via Delegacia

No que tange ao CREAS, a procura ocorre de maneira espontânea, em geral pelo próprio idoso. Entretanto, percebemos que seus profissionais estão sendo subutilizados por outros órgãos públicos, principalmente a assistente social e a psicóloga. À guisa de exemplo, podemos frisar o número elevado de visitas domiciliares e a elaboração de relatórios psicossociais solicitados pela Promotoria Pública à equipe técnica do CREAS. Tal fato está prejudicando atividades que são de competência exclusiva do CREAS. Dentre essas atribuições o atendimento às famílias e pessoas vítimas de violência, ou em situação de risco social, como preconizado pelas Políticas Públicas de Assistência Social (SUAS).

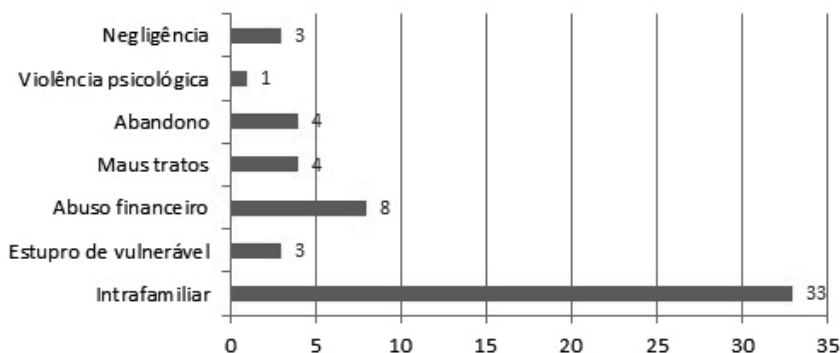
Diante desse contexto, observamos que o programa de Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) não está sendo desenvolvido com as pessoas vítimas de violência. Com um número reduzido de profissionais, uma carga elevada de demandas e com instalações físicas inadequadas para o atendimento de pessoas vítimas de violência, o serviço deixou de ser disponibilizado. Assim, podemos concluir que o indivíduo vítima de violência é duplamente vitimado, ou seja, pela violência sofrida e pela falta de atendimento especializado. Como identificamos, os casos de demanda espontânea registrados no CREAS estão relacionados a conflitos intrafamiliares, o que resulta, na maioria das vezes, em acordos de conciliação e mediação na própria unidade. Dessa forma, esses casos deixam de ser notificados aos órgãos competentes de captação de casos de violação; por conseguinte, deixam de fazer parte das estatísticas oficiais.

Notou-se, como já mencionado, a partir das investigações documentais e de coleta de dados, que o maior índice de violação dos direitos da pessoa idosa ocorre no ambiente doméstico, gerado por conflitos intrafamiliares, o que justifica serem os agressores pessoas que fazem parte do grupo familiar do idoso, ou seja, com vínculos consanguíneos.

A pesquisa demonstrou, ainda, que as maiores vítimas de violação de direitos foram os homens, os quais sofreram ameaças e abusos de caráter financeiro e que optaram pela Delegacia para ingressarem com a denúncia; ao passo que os dados registrados pelo CREAS apontaram que as mulheres são ainda as maiores vítimas a casos associados à violência doméstica. Conforme observado nas Figuras 9 e 10.



Fonte: Delegacia Especializada de Tefé (AM)
Figura 9 – Tipologia da violência, na Delegacia



Fonte: Delegacia Especializada de Tefé (AM)

Figura 10 – Tipologia da violência, no CREAS

Resumindo, a partir da pesquisa, os mais variados contextos de violência contra os idosos, ocorrem em seus lares, sendo os agressores familiares ou pessoas muito próximas. Isso demonstra o quão vulnerável e frágil é a figura da pessoa idosa, o que faz necessária uma resposta imediata do poder público via políticas públicas, constituindo um desafio aos legisladores e aos gestores públicos.

A violência perpetrada contra o idoso, por ocorrer em ambiente doméstico, nem sempre é percebida e punida legalmente, despertando na vítima um sentimento de impunidade. A situação é agravada pela omissão dos idosos, que, por medo, dependência e sentimento de afeto aos seus agressores, não denunciam.

A pesquisa, ao seu término, chegou a algumas reflexões que podem auxiliar na compreensão do atual cenário da violência contra o idoso, no município de Tefé (AM), e buscar soluções para o enfrentamento dessa realidade. A relevância dos estudos enfatiza a necessidade de mais investigação acerca do tema, com o enfoque especial nas questões relacionadas ao seio dos conflitos intrafamiliares e a adequação de políticas públicas a essa realidade, visto sua complexidade e nuances.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu do pressuposto de que uma maneira eficaz de promoção dos direitos conquistados pelos idosos consiste em ações que desenvolvam trabalhos voltados à prevenção da violência contra as pessoas idosas. Desta forma, desenvolver campanhas de prevenção aos maus-tratos, direcionadas à população jovem, seria um bom exemplo de ações preventivas e de aprendizagem sobre o processo de envelhecimento, que é fase do nosso ciclo de vida.

Salientamos que as questões relacionadas à violência contra a pessoa idosa não podem ser restringidas ao campo exclusivo do direito. A punição ao agressor não soluciona a violência, em algumas situações pode até agravá-las, diante da complexidade das relações entre os envolvidos, que, na maioria das vezes, são familiares.

Dessa forma, o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a inclusão, acolhimento e proteção às vítimas de violência é de suma importância no enfrentamento dessa triste realidade nacional. Exemplo disso é realizar ações socioeducativas com a família, capacitando-as para a prática do cuidado ao idoso, fortalecendo os laços familiares existentes.

Sob essa ótica, podemos concluir que o Centro Municipal de Convivência da Família em Tefé oportuniza ações, cujo objetivo maior consiste em promover o fortalecimento dos vínculos familiares e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade social. Sua atuação propõe ações socioassistenciais com foco no fortalecimento de vínculos entre família e idoso, o que possibilita assegurar sua permanência no âmbito familiar. Em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Idoso (PNI).

Esse entendimento se justifica ao verificarmos nas pesquisas que os agressores dos idosos pertencem ao seu grupo familiar. O que implica uma postura de omissão por parte do idoso em relação ao seu agressor por medo do desamparo ou do agravamento de situação. A falta de notificação tem prejudicado na identificação dos casos e na formulação de políticas públicas de combate à violência, visto que os dados de casos omissos não aparecem nas estatísticas oficiais.

Nas últimas décadas, avançou-se muito no que tange aos dispositivos legais de amparo à pessoa idosa. Entretanto, deve-se ressaltar que esses dispositivos legais não têm sido eficientes no combate à violência contra a pessoa idosa. Buscam-se rotineiramente encontrar alternativas nas políticas públicas para minimizar as dificuldades desses idosos. Salientamos que entraves, como desconhecimento da Lei, a burocracia, número insuficiente de profissionais associado ao aumento da demanda e poucas ações voltadas à prevenção têm se configurado como obstáculos que necessitam ser superados no combate à violação dos direitos da pessoa idosa.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Trad. Maria Helena Franco Martins. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal**, de 05 de outubro de 1988.. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2020.

_____. Ministério da Segurança Social. Conselho Nacional de Assistência Social. Lei nº 8.742/93, de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, DF: MSS, 1993.

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social **Lei n. 8.842**, de 04 de janeiro de 1994. Política Nacional do Idoso. Brasília: MPAS, 1994.

_____. **Lei nº 10.741/2003**, de 01 de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Brasília, DF: 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Conselho Nacional de Assistência Social. a **Lei nº 12.435**, de 06 de julho de 2011. Brasília, DF: CNAE, 2011. Lei que altera a Lei nº 8.742/93, de 07 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm>. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa**: É possível prevenir. É necessário superar. Texto de Maria Cecília de Souza Minayo. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2014. Disponível em: < <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/pessoa-idosa/manual-de-enfrentamento-a-violencia-contra-a-pessoa-idosa>>. Acesso em: 15 set. 2019.

_____. Ministério dos Direitos humanos. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. **Disque Direitos Humanos Relatório 2017**. Brasília, DF: MDH, 2017. Disponível em: ><https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/dados-disque-100/relatorio-balanco-digital.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Decreto n. 1948, de 3 de julho de 1996. Brasília, DF: MS, 1996. Regulamenta a Lei nº 8.842, sancionada em 4 de janeiro de 1994, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Disponível: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/2528%20aprova%20a%20politica%20nacional%20de%20saude%20da%20pessoa%20idosa.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). PNAD contínua. **Projeção da população idosa 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Sinopse do Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=13&.dados=1>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

MELLIS, Fernando. **Número de idosos no Brasil deve dobrar até 2042, diz IBGE**. R7, 25 julho 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/numero-de-idosos-no-brasil-deve-dobrar-ate-2042-diz-ibge-25072018>. Acesso em: 27 jul. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA, Jr. Carlos E. A. (org). **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (Brasil). **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília, DF: OPAS, 2005. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf>. Acesso em: 8 set. 2019.

_____. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. 2002. Disponível em: <<http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2019.

UNITED NATIONS POPULATION FOUND (BRASIL). **Envelhecimento no Século XXI**: Celebração e Desafio. Madrid: UNFPA, 2012. Disponível em: <http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publication>. Acesso em: 5 set. 2019.

Recebido em: 03/05/2021

Aprovado em: 04/05/2021